



Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Tralano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 20.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço, e Valderi Mendes Vilela (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Élio Rusch, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Renato Adur e Rossoni (07). Em licença o Senhor Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constan-

tes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4º do Art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão geral de Plenário da Ordem do Dia de amanhã, 24/03/94, para emitir parecer nas matérias que concedem aumento aos poderes do Estado, Mensagem Governamental nº 021/94 e que abre Crédito Suplementar no Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO, DOMINGOS CARVALHO, CARLOS SIMÕES, ANTÔNIO ANNIBELLI, EDSON SILVA LINO, JOÃO IENSEN, ROSSONI, COSTENARO NETO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, OSWALDO TREVISAN, EURIDES MOURA, ADEMAR TRAIANO, HEINZ HERWIG, LUIZ CARLOS ZUK, JOÃO PREIS, JÚLIO BIFON, CEZAR SILVESTRI, NELSON GARCIA, NELSON JUSTUS E ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulada consulta do Poder Legislativo ao Tribunal de Contas do Paraná sobre a legalidade de Prefeitura Municipal manter convênio com hospital de propriedade do vice-Prefeito, sendo ele firmado através da Secretaria Municipal de Saúde, cuja titular é a própria esposa.

Que do teor do presente dê-se ciência à Câmara Municipal de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) VALDERI VILELA

JUSTIFICATIVA:

A presente consulta atende a fato concreto que ocorre no Município de Jataizinho. Naquela localidade, a Prefeitura Municipal firmou e mantém convênio com o hospital de propriedade do vice-Prefeito.

Tal convênio foi formalizado através da Secretaria Municipal de Saúde que é ocupada exatamente pela esposa do vice-

-Prefeito.

Vereadores de Jataizinho, preocupados com o fato, pedem-nos que seja indagado ao Tribunal de Contas sobre a legalidade do convênio.

REQUERIMENTO N° 548

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulada consulta do Poder Legislativo ao Tribunal Regional Eleitoral sobre a possibilidade de juiz eleitoral permanecer nas suas funções em município onde a própria esposa é vereadora e participa ativamente dos processos eleitorais.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A presente consulta atende a fato concreto que ocorre no Município de Uraí, onde a esposa do juiz eleitoral é vereadora e, portanto, interessada direta nos processos eleitorais em que participa ativamente.

Por esta razão, aliás, em 1992, o mesmo foi afastado das suas funções em razão da candidatura da esposa.

Ocorre que agora os partidos políticos locais estão novamente apreensivos diante da possibilidade de comprometimento da isenção do magistrado - já que sua esposa é inegavelmente interessada no próximo pleito eleitoral - e já indagam sobre o procedimento do TRE diante do fato.

REQUERIMENTO N° 539

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Mariano Bukowski, ocorrido dia 22 em Ponta Grossa.

Pessoa muito estimada e de grandes amizades, que com seu falecimento deixará parentes e amigos enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a Família enlutada, à Rua Paula Xavier, 1327, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 540

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena dos Santos Martins, ocorrido dia 12, na cidade de Ponta Grossa.

A Sra. Helena, era uma pessoa de grande estima e amizade, e com certeza seus parentes e amigos sentirão muito sua fal-

ta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, a Família enlutada, à Rua Barão do Amazonas, 153 - Bairro Ronda, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, 23.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 537

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido votos de congratulações a Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo lançamento do livro "UEPG: 23 anos de História".

O lançamento acontecerá dia 29 de março no Auditório da Reitoria da UEPG. O trabalho feito antes do lançamento está sendo comandado pela Assessoria de Planejamento da própria Universidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, a UEPG, em nome de seu Reitor Sr. João Carlos Gomes, a Assessoria de Planejamento e a todos aqueles que colaboraram para que a obra fosse concretizada.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando aos mesmos que seja feito estudo de viabilidade de Doação de Equipamentos de Raio-X, e aumento da Cota de Remédios para o Município de Paçandu.

A presente reivindicação é fruto de manifestação feita pela Vereadora Tereza Tortola, que afirma ser de vital importância a implantação de equipamento de Raio-X, ante o crescimento do número de pessoas que procuram os postos de saúde e que precisam deste tipo de atendimento, notadamente as de menor poder aquisitivo.

Paçandu conta hoje com uma população estimada em 33 mil habitantes e, devido a este crescimento populacional vem enfrentando sérias dificuldades no atendimento aos necessitados, principalmente na distribuição de medicamentos para o tratamento da pressão arterial e antibióticos (infantil e adulto).

Por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade, é que apresentamos esta proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

Requeiro ainda, que do presente se dê ciência à Vereadora Tereza Tortola, Câmara Municipal de Paçandu - Rua 7 de Setembro, 487 - Cep 87.140-000.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 538

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Ronald Accioly Rodrigues, solicitando que Ponta Grossa receba a Vara de Execuções Penais.

Ponta Grossa é a cidade pólo mais próxima da capital, tem todas as condições de arcar com a criação da Vara, mas para isso necessita de todo apoio do Tribunal.

Diante do enorme volume de processos que a capital vem arcando, a interiorização parece ser a melhor opção para o caso, e Ponta Grossa tem todas as condições para executar tal serviço.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 543

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Sr. Governador do Estado solicitando os estudos e providências necessários a fim de transformar em parque estadual uma área de 828 hectares no município de Santa Mariana (Mata São Francisco).

Que o teor do presente dê-se ciência ao Conselho Diretor da Faculdade de Agronomia em Bandeirantes, ao Centro Acadêmico Carlota Meneghel e à Câmara de Vereadores de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Localizada entre os Municípios de Santa Mariana e Cornélio Procopio, às margens da BR-369, com área de 828 hectares, a Mata São Francisco constituiu-se no maior remanescente de floresta nativa do Norte do Paraná, abrigando fauna e flora originais bem conservadas.

A transformação da referida área em Parque Estadual viria não apenas protegê-la como também servir de compensação pelos danos ambientais que a Região Norte já sofreu.

Trata-se de reivindicação de grupos ambientalistas locais apoiada pela comunidade e confiamos na sensibilidade do Governo Estadual para concretizá-la.

REQUERIMENTO N° 544

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Tribunal de Justiça reivindicando a criação da Comarca de Jataizinho.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Jataizinho hoje é atendido pela Comarca de Uraí, a uma distância considerável que cria sérias dificuldades para atendimentos das solicitações dirigidas à justiça pela população.

Trata-se de uma luta de muitos anos, reforçada agora pelo crescimento do volume de processos originados em Jataizinho.

Acrescente-se a isso que municípios menores que o em questão já são sede de comarca em nosso Estado, além do que Jataizinho, próximo de Londrina, tem condições muito favoráveis à instalação da Comarca.

REQUERIMENTO N° 546

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial da Casa à Ministra da Ação Social, Sra. Leonor Franco, solicitando a regularização da situação em que se encontra as entidades junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, e ainda a formulação e execução de políticas voltadas especificamente para as áreas da criança, jovens, idosos e portadores de deficiência, com a participação das entidades não governamentais.

Sala das Sessões, em 23.03.94

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Paulo Maia

JUSTIFICATIVA:

Encaminhamos neste dia 23 de março este documento, já que hoje é o Dia Nacional de Mobilização pelas crianças, jovens, idosos e portadores de deficiência.

As entidades que trabalham nestas áreas estão encontrando sérias dificuldades para o seu funcionamento, desde obtenção de documentos, até a falta de políticas voltadas à sua atuação. A expectativa é que da formulação destas políticas deverão participar também as entidades não governamentais, pois são as que asseguram atendimento a estes segmentos carentes e marginalizados da população.

Quanto aos documentos imprescindíveis ao funcionamento destas entidades e fornecidos pelo CNAS (Conselho Nacional de

Assistência Social), como Certidão Negativa de Débitos, Certificado de Fins Filantrópicos, são de difícil emissão, requer-se ainda agilização nos processos de cadastramento no Conselho.

REQUERIMENTO 547

Prezado Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Itamar Franco, Digníssimo Presidente da República, no sentido de que determine o retorno imediato das metas do Banco do Brasil, no seu papel social de financiar a agricultura brasileira.

Do aprovado Requer ainda, seja comunicado o Vereador Davi Penido, da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões em 23.03.94

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Acolhendo sugestão oportuna do nobre edil Davi Penido, da Câmara Municipal de Umuarama, que sentindo de perto as angústias e desespero dos agricultores da região, mormente os pequenos proprietários, meeiros e trabalhadores rurais, quanto aos custos da lavoura, vem denunciar e pedir o retorno das atividades do Banco do Brasil quanto aos financiamentos para a agricultura. Diz o vereador em seu apelo. "Temos ouvido centenas de agricultores de nossa região e estes, unanimemente afirmam que a falta de apoio à agricultura é a principal causa do descontentamento geral. Entre os órgãos do Governo Federal, o Banco do Brasil, como empresa de crédito que tem a função principal de dar apoio à agricultura não tem cumprido esta função principalmente no que se refere aos pequenos agricultores.

É necessário que o Banco do Brasil, com a máxima urgência, retorne o seu papel de agente financiador, dando prioridade à agricultura, especialmente no atendimento, aos pequenos agricultores, pois, é consenso geral, que a única forma de se diminuir o êxodo rural é dar prioridade à agricultura. E neste caso do Banco do Brasil, retorna imediatamente a sua fundação de apoio aos pequenos agricultores, com juros mais acessíveis que os praticados por outros agentes financeiros. Pois só desta forma haverá aumento da produção e conseqüentemente a diminuição da pobreza.

Enquanto os pequenos proprietários por falta de condições financeiras ficam com suas propriedades rurais inativas, os grandes proprietários as adquirem, a preços baixos, expulsando-os do campo e, conseqüentemente, causando amontoados nas periferias das cidades de médio e grande portes, ou como bôias-frias, ou por ou-

tro, desempregados, causa principal do surgimento de favelas. Concluímos então que da forma que o Banco do Brasil executa o seu trabalho, não é possível. Ou o BB muda a sua forma de trabalho ou, como é pensamento da grande maioria, deve se deixar privatizar. (David Penido - Vereador)

REQUERIMENTO N° 549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado a liberação de recursos financeiros para o recapamento das ruas abaixo especificadas na sede do município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal.

- Av. Duque de Caxias, entre as ruas Gilio Furlaneto e Av. Mal. Mascarenhas de Moraes;
- Rua Katsu Nakata, entre a Av. Visconde do Rio Branco e Rua Cristo Rei,
- Entre as Rua Gilio Furlaneto e Ari Barroso;
- Entre a Rua Juscelino K. de Oliveira e a Rua Machado de Assis;
- Entre as Ruas Cristovão Colombo e Mal. Mascarenhas de Moraes;
- Rua Souza Naves entre Rua Ari Barroso e Rua Sinop;
- Entre Rua Machado de Assis e Av. Marechal Mascarenhas de Moraes;
- Av. Presidente Castelo Branco entre a Rua José Alencar e Av. Visconde do Rio Branco;
- Rua Pedro Alvares Cabral entre a Av. 31 de Março e Rua Juscelino K. de Oliveira;
- Rua Getúlio Vargas entre a Rua Jaime Clark e Rua Cristo Rei;
- Entre a Av. 31 de Março e Rua Juscelino K. de Oliveira;
- Rua Campos Sales entre Mathias Candil e Av. João XXIII;
- Entre a Rua Ari Barroso e Rua Sinop;
- Av. Silvino Isidor Eidt entre a Rua Gilio Furlaneto e Av. 31 de Março;
- Rua Mathias Candil entre a Rua Getúlio Vargas e Rua Campos Sales;
- Rua Gilio Furlaneto entre rua Campos Sales e Av. Silvino Isidor Eidt;
- Rua Juscelino K. Oliveira entre rua Getúlio Vargas e Rua Campos Sales.

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma

regimental, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Roberval Borges Corrêa - Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - E.B.C.T., solicitando seja instalada uma Caixa Coletora de Correspondência para comunidade moradora na Rua Potiguara, imediações do nº 894, Bairro Santo Onofre, proximidades do Hospital Regional, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A presente moção tem sua origem nos apelos formulados por moradores daquele Bairro, através da Associação que os representa e de lideranças comunitárias, aliadas num esforço conjunto, a fim de que se efetue com a brevidade que o caso requer.

A localidade indicada no requerimento, caracteriza-se por uma grande concentração de pequenos comerciantes e indústrias de fundo de quintal, apresentando ainda, um expressivo crescimento populacional, o que dispensa maiores justificativas.

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua C - Jardim Bonfim, quanto à execução de melhorias nessa rua e também nas demais ruas desse bairro devido as mesmas encontrarem-se intransitáveis.

Há muito tempo não passa a máquina da Prefeitura, os carros não podem transitar e somente os pedestres conseguem passar pelas ruas.

A situação é crítica, motivo este que leva os moradores a pedir uma certa urgência no atendimento do pedido.

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Lourenço José de Paula, proximidades do nº 125 - Jardim Independência, os quais solicitam a abertura de valetas nessa rua, tendo em vista que quando chove ocorrem alagamentos, impedindo os moradores de entrarem em suas residências.

Pedem ainda que sejam executados me-

lhoramentos nas ruas de todo o bairro pois as mesmas não se encontram em perfeitas condições de uso.

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de pedido de informação ao Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Diretor-Presidente do BANESTADO, tendo em vista que nos anos de 1992-93, a direção do BANESTADO divulgou balanços favoráveis, isto é, que o banco obteve boa lucratividade, solicitamos:

1. Qual foi a meta da captação estabelecida (em valores nominais) para o período 1992-93?
 - 1.1. Esta meta foi atingida, superada ou ficou aquém?
 - 1.1.1. Qual foi o valor nominal atingido?
2. As metas de captação são elaboradas por agência individualmente ou globalmente por cidade?
 - 2.1. Quais são os critérios definidos para elaborar tais metas?
3. Quais foram as agências ou cidades que tiveram dificuldades para atingirem a meta de captação?
 - 3.1. Qual é a resposta que a direção estadual dá para agências que não atingem a meta pré-estabelecida?
 - 3.1.1. É dado novo prazo para atingir o objetivo?
4. Se a meta de captação não é atingida em dois ou três anos consecutivos, por exemplo, agências deficitárias, qual é a orientação do Banco?

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Casa, do Artigo "O Desafio de Mudar o Brasil pelo Voto", publicado a pedido, na Edição de 06.02.94, do Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Somente por revolução, golpe de estado, ou morte de ditadores, que se tem mudado o rumo da história, a vida dos cidadãos de países que se encontram sob o domínio de ditaduras.

O Brasil, graças a Deus e o sacrifício de alguns, conseguiu se libertar de uma

ditadura militar que perdurou por quase 30 (trinta) anos e conseguiu eleger pelo voto direto, seu Presidente e seu parlamento, aprovando uma Constituição Moderna, quase no final do século.

No momento, estamos vivendo dias de desconfiança nos governantes, a sociedade constituída e outros segmentos têm procurado jogar a culpa nos políticos, sugerindo até mesmo a volta de uma ditadura.

Só não podemos esquecer que os políticos "esses mal amados", sabemos que é um mal necessário. Não podemos mudar nada, a não ser pelo voto ou por "golpe".

Sabemos, entretanto, que onde não existe democracia, os crimes são acobertados e os culpados permanecem impunes, como aconteceu em nossa Pátria, com toda imprensa amordaçada. Só pelo voto poderemos mudar o Brasil.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 092/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.94.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal, Estadual e pertinentes à matéria, e tem por objetivo proporcionar aos seus associados atividades sociais, culturais, educacionais, recreativas, de lazer e outras.

Para cumprir suas finalidades filantrópicas, o Clube do Vovô de Maringá dentro de suas possibilidades, poderá promover atividades que correspondam aos interesses e necessidades da Comunidade.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo Oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

De início, queria apenas lembrar aos Srs. Deputados o que o Presidente desta

Casa nos informou ontem e que na sequência, após esta Sessão, teremos aqui a presença de entidades e organizações muito importantes, para debatermos a questão da construção da Hidrelétrica de Salto Caxias.

Estarão presentes diversas entidades, entre elas a COPEL, o IAP, o Departamento que cuida da área da Universidade Federal do Paraná, além de outras entidades dos atingidos pela construção da hidrelétrica, para que a Assembléia possa debater a construção e que desta hidrelétrica a Constituição Estadual exige uma aprovação do Poder Legislativo do Estado.

Na sequência, quero usar o nosso espaço da Liderança para relatar um fato aqui de extrema gravidade que pude constatar ontem à noite o que me deixou estarrecido. Fui procurado através de um telefonema pelo Sr. Camilo Marques, Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual João Batista Vera, do bairro Jardim Primavera, no Município de Piraquara. O referido senhor que é Presidente da APM me dizia o seguinte pelo telefone: "Deputado, nós temos um problema sério aqui na escola; fizemos uma reunião a semana passada com aproximadamente cem pais de alunos e marcamos uma próxima reunião, isto era segunda, para terça-feira à noite e gostaríamos da presença de alguém aqui e nos foi sugerido lhe convidar para esta reunião. O problema é que a nossa escola está abandonada".

Eu, ontem, dirigi-me até este local e para minha grande surpresa, chegando lá vi praticamente uma multidão ao redor da escola. Uma multidão de pais e alunos que pelas avaliações lá passava de oitocentas pessoas. Até me assustei quando cheguei na escola. Entendi que era para uma reunião com os pais e estava lá essa multidão de gente. Tentei conversar com a diretora da escola e neste momento já estava presente o Diretor do Núcleo da Secretaria de Educação que abrange aquela região, para discutir o problema e já estava conversando com a diretora e com o pessoal da APM, mas o povo estava convidado para uma reunião. E fomos para um pátio da escola, no escuro, porque nem sequer iluminação tem ao redor da escola e aquele povo queria ouvir a solução: por que não tem professores para lecionar naquele colégio?

Informando-me com a diretora ela nos passava que tem mais de 800 alunos matriculados e que a escola não está em funcionamento ainda, com mais de um mês de início das aulas, porque não tem professores. E os alunos e pais revoltados, a diretora, inclusive, com medo de subir numa cadeira para falar, o povo exigindo a fala da diretora, ela se recusou a falar. O chefe do

Núcleo da Região que abrange Piraquara, muito amedrontado subiu na cadeira e disse algumas palavras, saindo rápido para dentro da escola porque se sentiu ameaçado pelo povo, numa revolta - onde gritavam: "Aqui o Paraná não está dando certo. Tem que dizer isso para o Governador!"

Então, trago para o público esta denúncia e também esta cobrança pública do Sr. Secretário da Educação do nosso Estado e também do Governo do Estado, que é inadmissível depois de três meses de férias, que as escolas estiveram paralisadas, uma escola do porte desta - com 800 alunos, está sem aula por duas razões: por falta de condições físicas da escola e por falta de professores. Aí a diretora me relatava que no mês de maio de 93 uma empreiteira chamada Estrela do Sul foi contratada pelo DECOM para reformar aquela escola. Ficou lá fazendo, desmanchando paredes, mexendo na escola até outubro de 93, de maio a outubro. A diretora nos disse que expulsou lá de dentro a construtora e só permitiu que a mesma trabalhasse nos sábados e domingos porque se não ia ficar o ano todo sem aula. Mas quando foi em outubro a construtora abandonou a reforma na escola, a FUNDEPAR entrou na Justiça e até hoje está paralisada a reforma da escola sem o mínimo de estruturas e de condições até de iluminação para funcionar.

E, complementando isso, está sem professores, porque não há a contratação, concurso. A forma não importa, não interessa de que forma se ponha a escola em funcionamento.

Encaminhamos uma Comissão com a APM da escola e estamos agendando com o Secretário da Educação uma audiência para levar até o Secretário da Educação esta pouca vergonha que está acontecendo naquela escola. Depois de três meses sem aula não houve tempo para que se pensasse nos professores, na reforma da escola para que agora os estudantes pudessem ir à aula.

Isso é uma vergonha, realmente, e que essas propagandas que estão sendo veiculadas, alguns questionavam: "E a propaganda que está saindo na televisão onde aparece 1, 2 ou 3 professores, aparecem dizendo que estão felizes e não sei o que. O que que está se vendo aqui, na nossa escola!" Diziam os pais e os alunos.

Então é realmente desastroso o que ocorre naquela escola e que nós, sem dúvida nenhuma, vamos levar essa cobrança com os pais e os alunos até a Secretaria da Educação.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Parabenizando o Deputado Ovídio e agradecendo antecipadamente pelo aparte,

Deputado, o Deputado vai à tribuna e lembra muito bem e nos dá a oportunidade e iríamos até usar a tribuna, para lembrar que lá no Sítio Cercado o Brasil também não está dando certo.

No Colégio Benedito João Cordeiro, sabe quantos alunos tem o Colégio Benedito João Cordeiro no Sítio Cercado? Tem cinco mil alunos. Desde novembro, Srs. Deputados, Sr. Presidente, desde novembro não tem água nos banheiros e hoje foi feita uma Assembléia de aproximadamente mil pais.

Então as aulas estão suspensas por determinação dos próprios pais e da direção da escola. Não tem água nos banheiros. As crianças fazem as necessidades no pátio da escola. Crianças estão doentes.

Então lá o Brasil também não está dando certo e estamos pedindo providências urgentes. A SANEPAR joga o problema para o DECOM, o DECOM joga para a FUNDEPAR e eu até hoje comentei na rádio - Deputado Bona Turra - que o Governador Roberto Requião não sabe disso. Com certeza ele sabe. Se ele não sabe, é porque está mal assessorado, não é? Os assessores têm que fazer esse trabalho. É uma pena. É lamentável o que está acontecendo no Sítio Cercado, numa escola com 5.000 alunos. Parabenizo V.Exa. por fazer essa denúncia de Piraquara e de nos dar essa oportunidade de lembrar da mesma situação do Sítio Cercado, onde o Brasil também não está dando certo.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado Deputado Luiz Carlos.

Para concluir, gostaria de dizer que é necessário que o Secretário Elias Abrahão dedique um tempo maior à educação do Paraná do que à sua campanha eleitoral. Provavelmente é o que está ocorrendo, porque é inadmissível que depois de três meses sem aula, escolas dessa forma estão colocadas para os nossos estudantes e do povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PL.

(Declina).

Ao PTB.

(Declina).

Passaremos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

do Renato Adur, constante do expediente, solicitando inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 051/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar - ARLU, com sede e foro no Município de São João do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Estudo para o Desenvolvimento e Tratamento Odontológico ao Excepcional de Londrina - GETEXCEL, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 045/94, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Padre Arnaldo Jansen em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 042/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Latino Americana, com sede e Foro no Município de Araucária. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 027/94, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Tapira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 022/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Medicina de Tráfego. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 768/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 123/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - ADAPEVI, no Município de Ibiporã, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 398/92, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, que dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. E C.S.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA N° 01

PROJETO DE LEI N° 398/92

P A R E C E R:

A Emenda em questão é inócua, vem caracterizar a proposição em epígrafe, tal seja de permitir, independente de prévia comunicação o "livre acesso", a instituições destinadas ao acolhimento de presos, menores, idosos e deficientes, pois a segurança consiste em uma situação de preservação ou restabelecimento ao convívio social.

Ademais, são prerrogativas inerentes aos Parlamentares a atividade de vigilância e fiscalização a qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta - Art. 54 inciso XXVIII Constituição Estadual.

Sendo assim, entendemos que a emenda apresenta óbice de natureza constitucional, opinamos desfavoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, João Iensen, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Oswaldo Trevisan, Dalton Machuca, Colombino Grassano, Emilia Belinati, João Preis e Ernani Pudell.

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda de plenário com parecer contrário da C.C.J., queiram levantar-se.

Está rejeitada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 536, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 537 a 540, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 542 a 544, 548, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 547 e 549, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 556, de autoria dos Senhores Deputados Carlos Simões, Antônio Annibelli, Erondy Silvério, Domingos Carvalho e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 509, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O plebiscito no bairro de Guaraituba, Município de Colombo, visando a decisão popular sobre a transformação daquele bairro em município ou não, foi adiado em razão de decisão judicial.

Na Resolução nº 253/94 do Tribunal Regional Eleitoral informa que somente poderão votar no plebiscito os eleitores inscritos na forma dos §§ 1º e 2º do Artigo 14 da Constituição Federal que residam há mais de um ano na área objeto de plebiscito.

Diz também que caberá ao juiz eleitoral promover cadastramento eleitoral específico do plebiscito, obedecendo a critério de residência mencionado no "caput" do Artigo supracitado da Constituição Federal.

Pois bem, Senhores Deputados, este cadastramento eleitoral não foi feito pelo Tribunal Regional Eleitoral de maneira que abrangesse toda a área onde seria transformada no novo município. Em razão de que isso não foi feito, o Partido dos Trabalhadores, através do Deputado Federal Edésio Passos, entrou com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral visando a suspensão do plebiscito, pedindo para que fossem

cadastrados todos os munícipes que moram naquele bairro que terão direito ao voto.

O juiz do Tribunal suspendeu aquele plebiscito.

É lógico que é necessário que se faça o cadastramento. E vejo que não é papel deste parlamento ficar pressionando juizes para que eles deixem de fazer ou façam com maior ou menor rapidez o cadastramento. O Tribunal Regional Eleitoral, dentro de sua competência, já definiu o que deve ser feito e, dentro de sua competência que lhe cabe, encaminhará a execução desta tarefa de cadastramento.

Portanto, não cabe ao Poder Legislativo exercer esse tipo de pressão sobre o Tribunal Regional Eleitoral.

Neste sentido a Bancada do PT vota contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Rosinha a respeito da decisão do Tribunal Regional Eleitoral de adiar o plebiscito na região de Guaraituba. E li o seu pronunciamento feito em uma sessão anterior dizendo que Guaraituba não tinha condições de ser município porque era um bairro cheio de favelados.

Acontece, Senhor Deputado Rosinha, que Guaraituba já atingiu uma população de cem mil habitantes.

O que questiono é que o PT é contra a realização do plebiscito não adotando o mesmo critério que adotou quando foi para votação da criação do Estado do Iguaçu.

O PT era contra a criação, mas considerava legítimo o plebiscito. Agora, para surpresa nossa, o Deputado Edésio Passos entrou com um mandado de segurança para que o plebiscito não fosse realizado e conseqüentemente aquele povo não pudesse se manifestar.

Estou aqui, Senhores Deputados com algumas fotografias do menor Município do Estado, Dr. Ulysses, e agitando uma bandeira está o PT, congratulando-se com a criação do Município de Dr. Ulysses, que é um pequenino município e me aparteando, dizendo que a promessa do governo de revestir a estrada de asfalto até Dr. Ulysses era uma mentira.

Democraticamente ouvi e sem nenhuma reação, porque estávamos vivendo uma fase democrática muito importante naquele município, quando inaugurávamos o busto do Dr. Ulysses, aí me lembrei de uma história: "Três petistas lá de Guaraituba, estavam

discutindo sobre a criação ou não do município. O segundo, da ala da convergência socialista" - não sei se é isso, Deputado? - "era contra".

O SR. DR. ROSINHA - Convergência socialista não existe no Paraná.

O SR. ANIBAL KHURY - "O mais exaltado era o stalinista: 'Somos contra. Isto é uma barbaridade. Não tem que ter autonomia'.

Aí, nesse momento aparece a lâmpada de Aladim e o gênio perguntou ao primeiro peitista: 'O que você deseja? Um pedido só.'

Ele disse: 'eu quero um emprego estável para poder sustentar minha família e dar educação aos meus filhos.'

Ao segundo, foi feita a mesma pergunta, ele repetiu o pedido do primeiro.

Ao stalinista o gênio perguntou: 'e você?'

'Eu quero que os dois continuem pobres.'

'Então, o problema é difícil de entender.'

Acho, Deputado Rosinha, se Vossa Excelência percorrer a área a ser desmembrada, Vossa Excelência por certo ficará convencido de que Guaraituba será um dos prósperos municípios do Estado do Paraná.

A realização do plebiscito é um dever democrático e o povo de Guaraituba, independente do PT, Dr. Rosinha ou do Anibal Khury, está esperando a realização do plebiscito, e é perfeitamente democrático, que a Assembléia apele ao Tribunal Regional Eleitoral para que esse plebiscito seja realizado o mais breve possível.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para esclarecer ao Plenário, que em sessão anterior, naquele microfone, nunca me referi que uma boa parte da população de Guaraituba seja marginal.

Eu me referi que dos 90.000 habitantes que têm lá de acordo com o Chefe de Gabinete do Prefeito de Colombo, 30% daquela população é considerada favelada, isto de acordo com o Chefe de Gabinete do Prefeito de Colombo e não que boa parte seria marginal, acho que é necessária esta correção.

A segunda, o PT nunca foi contra plebiscito, sempre fomos favoráveis e o PT de lá não entrou com uma ação contra o plebiscito, entrou com uma ação pedindo que todos que têm direito a voto possam votar, exercer o seu direito.

Portanto o PT como partido trabalha contra o desmembramento, mas nós não somos contra o plebiscito.

O SR. ANIBAL KHURY - Vossa Excelência não

conhece o manifesto do PT de Guaraituba ou de Colombo, que gira em torno da figura do atual prefeito, ele não é um PT autêntico, é satélite do atual Prefeito que é contra e que transmitia essa informação de que 30% de Guaraituba são favelados.

É isso mesmo, vamos admitir que seja possível isso, vamos tirar esse pessoal da favela, vamos conseguir com que eles tenham uma vida mais digna.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento do Deputado Anibal Khury: "Envio de Mensagem urgente ao TRE pedindo a realização do plebiscito em Guaraituba".

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os contrários se levantem.

Está aprovado.

Voto contrário do Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

Requerimentos n°s 550 e 551, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 545, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constantes do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 553, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimentos n°s 554 e 555, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 519, 527, 529, 530 e 531, de autoria do Sr. Deputado Valdeir Mendes Vilela, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esclarecimentos: esta Presidência está marcando para amanhã, às 10:00 da manhã, Sessões Extraordinárias. Poderão ser duas, três, quatro, ou quantas necessárias, para apreciarmos os Projetos de aumento do funcionalismo público estadual, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas; bem como

também apreciar, conforme já decidido por este Plenário, proposta de crédito suplementar de Sua Excelência o Governador Roberto Requião.

Informo ainda que, se necessário, esses projetos receberão Pareceres em Comissão Geral de Plenário, isto evidentemente não será necessário, caso ainda hoje ou amanhã de manhã as Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e outras porventura, para outras onde os projetos possam ter sido encaminhados, caso elas venham a oferecer os seus Pareceres. Evidentemente que não teremos Comissão Geral de Plenário, a não ser que emendas sejam apresentadas ao Plenário.

Informamos ainda mais a este Plenário, já para conhecimento dos Senhores Deputados, que a razão de estarmos fazendo a Sessão de amanhã, no período da manhã, é em decorrência da necessidade que temos de tempo para ajustarmos em definitivo a questão do sistema de som deste Plenário e da Assembléia Legislativa. Os técnicos que estão procedendo a mudança no sistema de som desta Casa, com resultados já notados pelos Senhores Deputados, carecem de pelo menos quatro dias inteiros para processar estas modificações.

Então, teremos o período da tarde de quinta-feira, teremos a sexta-feira, teremos o sábado - no domingo eles não poderão desenvolver o seu trabalho porque haverá neste recinto um Encontro Estadual do PMDB - e também terão necessariamente de se utilizar da segunda-feira.

Portanto, não teremos Sessão na segunda-feira, quando estarão sendo feitos os ajustes finais do sistema de som desta Casa. E para a próxima terça-feira, iremos apreciar uma quantidade muito interessante de Vetos que estão aqui para serem apreciados, além de projetos que iremos incluir na Ordem do Dia de terça-feira e que anunciaremos na Sessão, evidentemente de amanhã.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para justificar a nossa ausência amanhã pela manhã.

Eu, devido a compromissos, não estarei pela manhã e com certeza a nossa ausência não representa o voto contrário a qualquer disposição, visto que a Sessão tratará especialmente a questão vinculada a conversão dos salários dos funcionários.

Projetos que se encontravam em nossas mãos, obtiveram Parecer Favorável, onde relataríamos à C.C.J. - e queremos apenas justificar, visto que a nossa frequência é praticamente de 100% na Casa - e amanhã por compromissos já assumidos, não teremos condições de estarmos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta.

Presidência, antes de encerrar esta Sessão Ordinária, informa e solicita a permanência dos Senhores Deputados em Plenário, porque, de imediato, logo a seguir, iremos iniciar a Sessão Especial que estará discutindo assuntos relativos à construção da Usina de Salto Caxias, para o que solicitamos a permanência dos Senhores Deputados, dado que o assunto é de mais alta importância e relevância.

Esta Presidência registra com satisfação a presença nas dependências do Poder Legislativo e neste Plenário, de Vereadores do Distrito de Goioxim, Município de Cantagalo, Luiz Ravello, Valdomiro Raulche, Carlos de Souza Pedroso e o Presidente da Comissão Pró emancipação de Goioxim, Albino Iargas, e do Presidente da Associação Comunitária de Goioxim, Sr. João Pedroso dos Santos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para quinta-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 071, 072, 073, 079, 089, 090 e 091/94.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 073, 081, 086, 092, 094, 096, 097, 098, 101 a 104, 106, 107, 109, 114, 117, 118, 005, 007 e 012/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO IENSEN, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 1994

À PEDIDO:

O DESAFIO DE MUDAR O BRASIL PELO VOTO

Gazeta do Povo

"A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.."

Art. 14 - Da Constituição Federal da República do Brasil.

Não se constrói uma grande nação com derrotismo, pessimismo, desalento, apelação, sensacionalismo e interesses ideológicos escusos e inconfessáveis.

A sabedoria e a inteligência nos obrigam e ensinam a reconhecer erros, e superá-los.

Ao contrário, a mediocridade e a asni-ce apelam para ações estêreis que na aparência de ato tonitruante só encobre a pusilanimidade dos fracos e covardes.

Em época de crise e convulsão, alguns chegam ao absurdo de revogar, de moto próprio, a exceção da regra matemática nos delitos denunciados: nenhum parlamentar presta, todos são ladrões, portanto, abdi-quemos nossos direitos constitucionais de separar o joio do trigo no momento sagrado do voto, e na busca incessante de aprimoramento na eleição de bons e qualificados quadros políticos.

Na história da humanidade, nenhum povo vitorioso fugiu a luta nos momentos dramáticos negando-se a enfrentar os obstáculos que impediam o avançar na senda do desenvolvimento e do progresso.

Vide a Inglaterra e a União Soviética no início da 2.^a Guerra Mundial, e o Japão e a Alemanha que, derrotados, fulguram na atualização no pelotão de frente das nações desenvolvidas do planeta.

A democracia, uma das maiores conquistas da humanidade, vai se aperfeiçoando através do exercício do voto. Aonde não existe a democracia se acobertam os crimes, as mazelas, a corrupção, numa escala tal, que por mais que durem os regimes ditatoriais ou sátrapas civis a baterem em retirada.

Repetimos, a democracia, o bem maior, só triunfará na prática constante e periódica dos pleitos, e no exercício sagrado da cidadania através do voto.

Felizmente, Deus, nosso Senhor, concedeu aos humanos discernimento para reconhecer suas falhas e através do sofrimento, da vergonha, da humilhação, dar a volta por cima recomeçando a longa caminhada do aprendizado da democracia que através do tempo o povo brasileiro com sangue, suor e lágrimas tem conseguido aprimorar, às vezes, surpreendendo o mundo com ações espetaculares de julgamentos inéditos (Impeachment de Fernando Collor de Mello), e da auto-investigação corporativa (CPI do Orçamento), que só tem engrandecido e feito crescer, geometricamente, a classe política e as instituições democráticas em nosso país.

Mais do que nunca vamos lembrar Ulysses Guimarães, quando na Presidência da Câmara Federal convocava os Deputados ao dever: "Vamos votar, pelo bem do Brasil".

LUIZ DO AMARAL

Promotor de Justiça

Prefeito de Assis Chateaubriand e
Presidente da Associação dos Municípios
do Paraná - AMP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ
Declarada de Utilidade Pública pela Lei
Estadual nº 5.455, de 24.12.66.
Praça Osório, 400, 4º andar conj. 401- Ed.
Wawel - fone (041) 223.5733 - Fax (041)
226.1781- CEP- 80.020917 - Curitiba- PR.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: José Arthur Ritti, Nilton Barbosa, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Ernani Pudell, Paulo Maia, Antônio Toti Colaço, Alceu Swarowski, Djalma de Almeida César e Emilia Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e não havendo expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) Proposição Veto nº 13/94, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 373/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Ritti- APROVADO. 2) Proposição Veto nº 095/93, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Ritti- APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 017/94, do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Ritti - APROVADO; 4) Proposição Veto nº 110/93, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Ritti. APROVADO; 5) Proposição Veto nº 123/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 580/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Ritti. APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 550/93, do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator requer diligência - DEFERIDO; 7) Projeto de Lei nº 017/94, do Deputado Cleiton Kielse que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tapira. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Ritti. APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 010/94 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator requer diligência - DEFERIDO; 9) Projeto de Lei nº 022/94 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian- APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 042/94, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº

742/93, do Deputado Renato Adur. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 043/94 do Deputado Nelson Garcia. PARECER FAVORÁVEL à emenda da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 13) Protocolo nº 1240 do TRE que solicita autorização para processar o Deputado Algaci Túlio. O Deputado Paulo Maia apresenta voto em separado. O Senhor Presidente esclarece que deve ser encaminhado à Comissão Executiva e que no âmbito dessa C.C.J. e TRE está dentro da Constituição ao solicitar licença dessa Casa, portanto irão apreciar o parecer com relação à legalidade e não com relação ao mérito. O Deputado Paulo Maia pede que registre seu parecer contrário e a sugestão para que suspenda temporariamente sua tramitação, bem como o seu respeito com relação à posição do Senhor Presidente dessa C.C.J. Concedido vistas à Deputada Emilia Belinati. 14) Projeto de Lei nº 045/94 do Deputado Ovídio Constantino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 051/94, do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski. APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 044/94, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. PARECER CONTRÁRIO do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 047/94, da Deputada Emilia Belinati. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell. APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 003/94, do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 058/94 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 032/94, do Deputado Orlando Pessuti. PARECER CONTRÁRIO do Deputado Ernani Pudell. O Senhor Presidente entrega resposta à diligência requerida pelo Deputado Paulo Maia, com relação ao Projeto de Lei nº 01/94. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Terras e Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 034/94, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Nelson Silva Lino. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO
Presidente
Solange Mann
Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dois dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados, Plauto Miró Guimarães, Antônio Costenaro e Ademar Traiano. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 044/94 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Com parecer do Deputado Plauto Miró Guimarães FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) DOMINGOS CARVALHO
Presidente
Osmar Prestes
Secretário